

## ATA DA 40ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 28 de julho de 2013

Duração: Das 14h29 às 20h58

### INFORMES

1. VIII CNP
2. Ato Médico
3. Acupuntura
4. Eleições
5. Psi-PLP
6. CREPOP

### PONTOS POLÍTICOS

7. Criança e Adolescente
8. Avaliação de cursos
9. PLs de interesse da Psicologia
10. Vídeo da Moção de repúdio à Clínica Santa Isabel

### DIRETORIA:

1. Humberto Verona
2. Deise Nascimento
3. Aluizio Brito

### CONSELHEIROS(AS)

#### PRESENTES:

4. Monalisa Barros
5. Sandra Amorim
6. Ana Paula Noronha
7. Flávia Lemos
8. Ângela Caniato
9. Tânia Brasileiro
10. Roseli Goffman
11. Adriana Eiko
12. Márcia Mansur
13. Marilda Castelar
14. Heloiza Massanaro
15. Cynthia Ciarallo
16. Celso Tondin

### CONSELHEIROS(AS)

#### AUSENTES:

1. Clara Goldman Ribemboim
2. Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
3. Ana Luiza de Souza Castro
4. Marilene Proença Rebello de Souza
5. Maria Ermínia Ciliberti

### CONVIDADOS:

1. João Batista Costa Saraiva
2. Leila Torraca
3. Gloria Fariñas

O presidente Humberto Verona iniciou os trabalhos da 40ª Plenária às 14h29.

### **CRIANÇA E ADOLESCENTE**

O conselheiro Humberto Verona apresentou os convidados que iriam discorrer sobre o tema criança e adolescente, a saber: a senhora Leila Torraca e o senhor João Batista Costa Saraiva. O plenário, de forma recíproca, se apresentou a eles.

Em seguida as conselheiras Flávia Lemos e Sandra Amorim, responsáveis por esse tema, fizeram esclarecimentos sobre as ações de âmbito jurídico em relação a esse assunto. A funcionária da Assessoria Jurídica do CFP, Anielen Magalhães, auxiliou as conselheiras nessa exposição. Segue breve detalhamento dessa discussão:

A funcionária, Anielen Magalhães, explicou que no Rio Grande do Sul moveu-se uma ação judicial contra a Resolução CFP Nº 10/2010, que trata da escuta psicológica de crianças e adolescentes na Rede de Proteção. Pela determinação do CFP, os psicólogos que trabalham no sistema de justiça estão vedados de realizar inquirição de criança ou adolescente, sob o argumento de que tal ação conduz à "revitimização" do menor. Entretanto, Juízes e advogados, alegam que não é função da Justiça realizar essa escuta e, portanto, o Juiz impõe ao profissional da área, o psicólogo, a realização de questionamentos à criança ou ao adolescente.

A Justiça alega que o CFP, por ser uma autarquia federal, não tem legitimidade para através de uma resolução impedir que profissionais da área não exerçam a sua função, ou seja, trabalhem. Diante disso, moveram-se oito ações em todo o território nacional contra esse ponto da Resolução CFP N. 10/2010. Assim, a ação movida no tribunal do Rio de Janeiro decidiu pela suspensão dessa resolução em todo o território nacional.

Em seguida a palavra foi passada para a conselheira Flávia Lemos que, diante desse quadro, questionou quais ações o CFP poderia divulgar ou promover para orientar os profissionais nas suas atribuições. Para esses esclarecimentos foram chamados os convidados, já mencionados.

Na sequência, a senhora Leila Torraca apresentou a sua pesquisa, em slides, que consistiu em um levantamento em todas as regiões do Brasil, ao longo de três anos, com o apoio da FAPERJ, resultando num livro sobre a escuta de criança e adolescente.

A convidada explicou que essa pesquisa consistiu nas seguintes etapas: levantamento bibliográfico a respeito do que estava sendo publicado sobre a questão da escuta, da inquirição de crianças; levantamento de dados por meio de entrevistas com psicólogos de diversos estados e levantamento da jurisprudência. Em seguida ela apresentou, em slides, cada uma dessas etapas.

Após a exposição da pesquisadora, a conselheira Sandra passou a palavra para o convidado João Batista. Ele, juiz aposentado, que no decorrer de vinte anos julgou causas do âmbito da infância e adolescência, explanou que a relação justiça e psicologia são diferenciadas por conviverem com realidades distintas. Advogou que o depoimento sem dano é uma rotina no sistema judiciário, tornando-se difícil dar nova configuração a esse costume. Esclareceu que não é função do Juiz realizar uma escuta sem parâmetros e referenciais técnicos e teóricos. Discorreu que o CFP não pecou pela edição da resolução, mas pela ausência de diálogo com o CNJ e melhor articulação política nessas instituições judiciárias, que diariamente lidam com a questão de abusos de menor e depoimento sem dano, antes da publicação da norma.

Em seguida a palavra foi devolvida à conselheira Sandra. Ela explicou a falta de unanimidade nesse tema tanto no Judiciário como na Psicologia e explicou que esse fator dificulta a articulação política.

Após essas exposições abriu-se um momento para debates, do qual seguem os seguintes encaminhamentos:

✓ Sr. João Batista Saraiva indicou que o CFP conheça o texto do Juiz Alexandre Morais da Rosa que faz críticas ao Depoimento Sem Dano – encaminhar o texto para todos os conselheiros;

✓ O CFP discuta o anteprojeto do Código Penal e Código do Processo Penal e busque assessoria para análise. Sugestão: Professor Juarez Cirilo;

✓ Convidar a Sra. Eliana Olinda, Esther Arantes, Leila Torraca de Brito e a Conselheira Ana Luiza para elaboração de minuta de protocolo orientador da escuta do psicólogo à crianças e adolescentes em situação de violência. Tomar os pontos da Resolução CFP nº 10/10 como base para o protocolo;

✓ Propor um encontro com a Defensoria Pública para articular posições sobre a atuação do psicólogo;

✓ Posteriormente, conversar com o CNJ e Ministério Público;

✓ Organizar e publicizar um dossiê sobre vários casos dos problemas decorrentes da prática de inquirição de crianças e adolescentes – sugerir que essa pesquisa seja realizada pela CNDH do CFP.

O plenário agradeceu a presença dos convidados, que se despediram aplaudidos pelos conselheiros.

## ATO MÉDICO

O conselheiro Humberto apresentou a convidada cubana, senhora Gloria Fariñas, que discorreu brevemente sobre a sua estadia no Brasil e falou um pouco sobre a sua participação na ULAPSI.

Encerrada a apresentação da senhora Gloria, o conselheiro Humberto falou sobre a reunião que teve com os ministros Gilberto Carvalho e Gleisi Hoffman. Citou entidades e movimentos que participaram da reunião. Descreveu o andamento da reunião e falou dos documentos que foram entregues. Disse que a ministra sugeriu que fosse criado um grupo de consultoria contra o ato médico para facilitar a comunicação com a presidente do Brasil, senhora Dilma. Para compor esse grupo, foi escolhido um representante de cada profissão. Para a Psicologia, foi indicada a senhora Fernanda Magano. A data de 12 de julho é o prazo final para a presidente vetar ou sancionar o projeto. Sugeriu que o CFP assumisse o protagonismo do movimento. Informou que havia grande possibilidade da presidente vetar o ato médico. Diante disso, o plenário combinou fazer uma ampla divulgação contra o ato médico, com o auxílio das entidades do FENPB e dos Regionais. Com

esse intento marcaram uma entrevista coletiva na data de 3 de julho, ou seja, na data do pronunciamento do governo federal. Diante disso, seguiram-se os seguintes encaminhamentos:

✓ Na data de 27/6/13 houve uma reunião com o Ministro Gilberto Carvalho e a Ministra Gleisi Hoffmann na qual ficou combinado que a Sra. Fernanda Magano, da Fenapsi, representará a Psicologia no grupo de consultoria para a Presidente Dilma;

✓ Fazer uma coletiva no dia 3 de julho, no CFP, pela manhã, com os presidentes dos Conselhos Profissionais e das Federações;

✓ Fazer o Dia Unificado de Luta pela Saúde: Vejo ao Ato Médico, 10% do Orçamento para a Saúde, Acesso à Saúde Integral e Multiprofissional, Condições Adequadas de Trabalho, com todas as profissões, no dia 4 ou 5 de julho (a definir com a Frente dos Conselhos das Profissões da Saúde), às 17hs, no maior número possível de cidades com todos vestidos de preto como símbolo de luto. Convidar os Conselhos Profissionais, Sindicatos, Coordenadores, Professores e Alunos de Cursos, Movimento Passe Livre, etc. A ideia é relacionar o Ato Médico com as reivindicações no campo da saúde apresentadas pela população brasileira, alcançando assim a sua adesão ao Dia Unificado de Luta pela Saúde;

✓ Convidar todos os CRPs e os coordenadores de cursos para apoiarem e participarem do Dia Unificado de Luta pela Saúde;

✓ Divulgar nas redes sociais o chamado para o Dia Unificado de Luta pela Saúde e propor que todos façam os seus cartazes e vão para as ruas defender a Saúde.

#### VIII CNP

O conselheiro Humberto Verona solicitou ao conselheiro Aluizio e à conselheira Monalisa que dessem informes sobre a realização do VIII CNP.

Assim, o conselheiro Aluizio disse que a divulgação das propostas aprovadas no VIII CNP foi de suma importância para confirmar que o evento é representativo. Elogiou a organização do evento e citou todos os elogios que foram recebidos de delegados e estudantes. Além disso, mencionou o êxito da votação eletrônica.

A conselheira Monalisa informou ao plenário que o trabalho do VIII CNP não estava concluído. Citou o que ainda precisava ser feito para a conclusão dos trabalhos, ou seja, o relatório final, que está em andamento.

O conselheiro Humberto parabenizou a Comorg e a todos os funcionários que participaram do evento.

Não houve encaminhamentos.

### VÍDEO DA MOÇÃO DE REPÚDIO À CLÍNICA DE SANTA ISABEL

Em seguida, apresentaram o vídeo da moção de repúdio a Clínica de Santa Isabel.

O vídeo está disponível em: <http://www.sendspace.com/file/biet48>.

Não houve encaminhamentos.

### ACUPUNTURA

O conselheiro Humberto iniciou esse informe falando que existe um PL, do senador Vicentinho, que expõe que a acupuntura é uma prática que pode ser realizada pelos psicólogos. Ressaltou a importância do CFP pressionar o Congresso Nacional para que esse PL se converta em lei.

A conselheira Ângela lembrou que a Unimed não aceita atendimento com acupunturista se este não for médico.

A conselheira Marilda disse da importância de preparar a categoria para esse novo contexto que esse PL traz; ou seja, a regulamentação do uso da acupuntura para os psicólogos.

Não houve encaminhamentos.

### ELEIÇÕES 2013

A conselheira Deise deu um informe sobre as chapas, o cadastro nacional, o voto via internet e por correspondência.

Não houve encaminhamentos.

### PSI-PLP

O conselheiro Humberto iniciou o tema dos Países de Língua Portuguesa – PLP, dizendo que foi acordado de cada país indicar um integrante para o grupo que discutirá sobre o curso de especialização em Avaliação Psicológica. Lembrou que a conselheira Sandra acordou em participar desse grupo, representando o Brasil. Disse que está proposto construir um portal PSI-PLP, para que Psicologia dos 5 países seja divulgada.

A conselheira Ana Paula sugeriu que, nesse portal, já houvesse a modalidade curso à distância.

O conselheiro Humberto informou que Portugal criou outro grupo com a finalidade de afirmar a Psicologia nos PLPs. Disse que o representante do Brasil para esse grupo será o FENPB. Disse que ainda há um terceiro grupo, que foi criado com o tema "Violência, Infância e Adolescência". A senhora Luciana Ângelo, da ABRAPESP, e a conselheira Sandra acompanharão esse grupo.

A conselheira Monalisa lembrou que esse convênio dos Países de Língua Portuguesa representa um grande avanço. A conselheira Marilda sugeriu melhorias no sentido de atendimento e informações ao público no portal, na internet, quando este for criado.

Não houve encaminhamentos.

### CREPOP

A conselheira Márcia deu algumas informações sobre a participação do CFP no CONASEMS, congresso de gestores da saúde, são elas: O CFP lançará duas publicações, uma sobre o Relatórios de CRAS,

Hospitalar e Esporte e outra sobre referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) em questões relativas à terra. Ela ainda disse que o CFP pretende um debate "on line" sobre álcool e outras drogas.

Não houve encaminhamentos.

O presidente Humberto Verona encerrou a plenária às 20h58.

Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

- Deise Maria do Nascimento*
1. Humberto Cota Verona \_\_\_\_\_
  2. Monalisa N. dos Santos Barros *Monalisa Barros*
  3. Deise Maria do Nascimento *Deise Maria do Nascimento*
  4. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
  5. Ana Paula Porto Noronha *Ana Paula Porto Noronha*
  6. Heloíza Helena M. A. Massanaro *Heloíza Massanaro*
  7. Tânia Suely A. Brasileiro \_\_\_\_\_
  8. Ângela Maria Pires Caniato *Ângela Caniato*
  9. Roseli Goffman *Roseli Goffman*
  10. Márcia Mansur Saadallah *Márcia Saadallah*
  11. Flávia Cristina Silveira Lemos *Flávia Lemos*
  12. Sandra Maria Francisco de Amorim *Sandra Francisco de Amorim*
  13. Celso Francisco Tondin *Celso Tondin*
  14. Marilda Castelar *Marilda*
  15. Adriana Eiko Matsumoto *Adriana*
  16. Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo *Cynthia Ciarallo*



## ATA DA 40ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 29 de julho de 2013

Duração: Das 9h26 às 17h20

### PONTOS FINANCEIROS

1. Acompanhamento financeiro do CFP
2. Apreciação das prestações de contas dos Conselhos Regionais

### PONTOS POLÍTICOS

3. Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC
4. Edição Especial da Revista Psicologia Ciência e Profissão
5. Moção de Repúdio à exclusão de crianças e adolescentes da Escola
6. Nota técnica sobre o processo transexualizador
7. Posicionamento do CFP em relação ao parecer do CFM
8. GT "Laicidade e Psicologia"
9. II Seminário FNTSUAS
10. Seminário Online da Assistência Social
11. Renila

### DIRETORIA:

1. Humberto Verona
2. Deise Nascimento
3. Aluizio Brito

### CONSELHEIROS(AS)

#### PRESENTES:

4. Monalisa Barros
5. Sandra Amorim
6. Ana Paula Noronha
7. Flávia Lemos
8. Ângela Caniato
9. Maria Erminia Ciliberti
10. Roseli Goffman
11. Celso Tondin
12. Márcia Mansur
13. Marilda Castelar
14. Heloiza Massanaro
15. Cynthia Ciarallo

### CONSELHEIROS(AS)

#### AUSENTES:

1. Clara Goldman Ribemboim
2. Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
3. Ana Luiza de Souza Castro
4. Marilene Proença Rebello de Souza
5. Tânia Brasileiro
6. Adriana Eiko

O presidente Humberto Verona iniciou os trabalhos da 40ª Plenária às 9h26.

## FÓRUM NACIONAL DE DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO – FNDC

A conselheira Roseli explicou que o FNDC está bastante ativo e atuante, mas ressaltou que as lideranças não são as mesmas de dois anos atrás. Antes, a FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas, era a principal liderança do FNDC, hoje, é a CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Diante disso, pontuou que, atualmente, a atividade prioritária do FNDC é um projeto de lei de interesse público que está recolhendo um milhão e quinhentas mil assinaturas pelo Brasil a fim de regulamentar a comunicação no País. Dentre as pautas desse PL, estão: extinguir monopólios, obter programação de qualidade e impedir notícias tendenciosas e antiéticas, que visam interesses particulares.

A conselheira esclareceu que esse projeto está no "site": [www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br) e, nesse sítio, as assinaturas de apoio podem ser recolhidas.

Em seguida a conselheira questionou se o CFP teria interesse em apoiar esse PL e se divulgaria no "site" de entidades. Logo após esse questionamento, a conselheira informou que estão abertas as eleições para o Comitê Gestor da Internet no Brasil - SGI. Explicou que esse comitê consiste em regulamentar a internet institucional no Brasil. Ressaltou a importância do CFP se candidatar a essas eleições dada a relevância do assunto. Destacou as eleições para o Conselho Nacional de Comunicação.

A conselheira solicitou mais um conselheiro para acompanhar o FNDC.

Segue breve síntese das discussões desse ponto:

A conselheira Monalisa falou sobre as últimas manifestações ocorridas e o comportamento da imprensa diante delas. Recomendou que o conselheiro Celso intermediasse junto ao FNDC para a convocação para o Dia Mundial da Saúde. Segundo ela, se alguém acordou nesse país, foi a Presidência da República, que aprendeu a ouvir o que o povo tem a falar. O conselheiro Celso falou da importância do assunto e destacou que é importante aderir ao projeto. Questionou Humberto Verona sobre o comitê.

O conselheiro Humberto esclareceu a dúvida de Celso Tondin, informando que a intenção é divulgar o comitê para o máximo de entidades.

A conselheira Flávia achou necessário articular mais na política de democratização da comunicação no Sistema Conselhos. Dar um caráter mais militante, sem esquecer que é um sítio de uma autarquia. Articular as mídias, fazendo com que as informações percorram todas as mídias, tais como site, Facebook, Twitter, etc. É importante dar visibilidade às ações políticas. Recuperar tudo o que foi feito nessa gestão para registrar nas mídias. Articular com as outras lutas da democratização da comunicação.

A conselheira Roseli sugeriu que a Ascom apresentasse um plano de comunicação para que o plenário atualizasse. Atualizar o plano de comunicação apresentado por Priscila e trazer para o Plenário aprovar. Citou os nomes de Veridiana, do IDEC, Carlos Afonso, do NUPEF

Diante dessas discussões seguiram-se os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Apoiar a iniciativa do FNDC de defender o projeto de lei que regulamenta a comunicação do Brasil, buscando alcançar 1,5 milhão de assinaturas;
- ✓ Apoiar o Sr. Carlos Afonso e a Sra. Veridiana nas eleições do SGI, em agosto;
- ✓ Divulgar para a categoria a participação do CFP nas eleições do FNDC;
- ✓ Em complemento ao encaminhamento da 38ª Plenária que solicita a preparação de uma discussão sobre como potencializar a comunicação do CFP, a Ascom, a Coordenação Geral e a Conselheira Clara devem atualizar também o plano de comunicação apresentado pela Priscila, ex-coordenadora da Ascom, e apresentar na plenária de agosto;
- ✓ Convidar a Sra. Fátima Nassif para apoiar a Conselheira Roseli nas ações do FNDC e verificar se ela aceita representar o CFP na vaga disponível no Conselho Nacional de Comunicação;
- ✓ Fazer uma reunião com os CRPs para discutir sobre a eleição do FNDC;

✓ Politizar os meios de comunicação do CFP, articulando as mídias, dando maior visibilidade para as ações políticas e provocando maior impacto na sociedade.

### POSICIONAMENTO DO CFP EM RELAÇÃO AO PARECER DO CFM

A conselheira Roseli apresentou o ponto lendo o documento "Posicionamento do CFP em relação ao parecer do CFM" (em anexo).

Após a leitura do texto, os conselheiros fizeram destaques e ajustes ao texto.

Assim, houve os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Aprovação do posicionamento do CFP em relação ao parecer do CFM;
- ✓ Encaminhar o documento via ofício ao CFM e dar ampla divulgação nas mídias do CFP;
- ✓ Enviar o documento também para os CRPs.

### ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DO CFP

O conselheiro tesoureiro Aluizio apresentou o ponto, mostrando ao plenário o Mapa Gerencial de 2013 (em anexo). Informou dos bons resultados da economia financeira que está sendo realizada pelo CFP, tanto na parte administrativa como no tocante aos conselheiros. Disse que, em agosto, a previsão é de que as receitas aumentem consideravelmente, pois, para a votação, os psicólogos têm que colocar sua situação financeira junto ao Sistema em dia. O conselheiro falou dos custos da realização de plenárias. Falou das diferenças de gastos entre a realização de plenárias cheias e plenárias reduzidas. Disse ainda dos critérios de participação de conselheiros em cada uma, visando à contenção de gastos. Se a participação do conselheiro na plenária for somente por um dia, não convém, financeiramente, que o conselheiro venha à Brasília para as discussões. A não ser que seja um tema de presença imprescindível do conselheiro. As exceções serão avaliadas pela Diretoria.

A conselheira Monalisa lembrou que essa regra já existia, porém, com o tempo ela se tornou flexível. Agora, o CFP está somente resgatando a regra.

A conselheira Maria Ermínia pediu para registrar que não poderá vir na plenária de julho e que já comunicou à Diretoria da sua ausência nas últimas sextas feiras do mês. Pediu para registrar, também, que apoia as medidas de contenção financeira. Porém, disse que veio à plenária para discutir todos os pontos e não apenas os, de seus interesses específicos. Falou que sente falta de mais pontos a serem discutidos na plenária, tal como os de caráter público. Afirmou ser contrária à orientação de que os conselheiros venham para a plenária apenas para discutir seus pontos específicos.

A conselheira Ana Paula discordou da conselheira Ermínia no ponto de que a Diretoria queira fazer uma discussão direcionando a temas específicos dos conselheiros. Ela opinou que, pelo contrário, a Diretoria está incentivando a participação dos conselheiros nos dois dias de discussões, a fim de que participem da decisão de mais pontos.

O conselheiro Aluizio esclareceu que a questão debatida não é sobre a realização ou não de plenárias cheias ou reduzidas.

O conselheiro Aluizio reafirmou que todos os conselheiros serão convocados para os 2 dias de plenária. Em setembro, será avaliada a situação financeira como um todo. Falou da realização de reuniões via Skype, como medida de redução de custos.

Os conselheiros Celso e Humberto falaram sobre os telefones institucionais.

A conselheira Maria Ermínia disse que existe uma questão de qualidade e desigualdade no critério dos conselheiros que tenham ou não celulares institucionais. Afirmou que defende, desde o início da gestão, que todos os conselheiros tenham celulares institucionais. Segundo ela, muitos conselheiros trabalham muito e não têm celulares. Opinou que: se não há possibilidade de todos terem celular institucional, então, que nenhum

conselheiro tenha, com exceção da Diretoria. Disse que celular não é gasto e, sim, um investimento na construção da política.

A conselheira Marilda reafirmou o que a conselheira Ermínia disse, concordando que a falta de comunicação foi um limitador na construção da política.

O conselheiro Celso falou também da necessidade de "tablets" institucionais. Concordou que todos devem ter celulares institucionais. Deu ideias para que se contratasse um plano mais econômico.

O conselheiro Humberto avaliou o que os conselheiros disseram e concluiu que todas as sugestões foram para a próxima gestão, pois não há meio de se implantar tais ideias nessa gestão.

A conselheira Roseli opinou que os celulares devem ficar com pessoas que tenham atividades prioritárias no CFP. Os conselheiros falaram do caso de Olmar Klich, de relações Parlamentares do CFP.

Diante de tais discussões seguiram-se os encaminhamentos:

- Somente virão para as plenárias os conselheiros que puderem estar presentes em todos os dias de plenária. Exceções serão avaliadas pela Diretoria;

- A plenária para julgamento de processos éticos será na data de 25/07/13;

- Os processos éticos das conselheiras Roseli e Marilda devem ser agendados como penúltimo e último, respectivamente;

- A conselheira Ermínia informou que não virá na Plenária de julho;

- Reforçar que os 3 celulares institucionais que ficam no CFP (SG) poderão ser utilizados por conselheiros e funcionários para atividade específica.

## APRECIÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS CONSELHOS REGIONAIS

Houve apreciação das prestações de contas do exercício de 2011 dos seguintes CRPs: CRP-05/RJ; CRP-07/RS; CRP-14/MS; CRP-15/AL e CRP-16/ES. Segue um breve detalhamento das discussões:

O conselheiro tesoureiro, Aluizio, apresentou a prestação de contas do CRP 07, a qual foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros.

Em seguida, apresentou a prestação de contas do CRP 05. O plenário questionou a situação do local de funcionamento do CRP 05. A conselheira Roseli sugeriu que a auditoria fizesse uma avaliação mais aprofundada sobre a casa em que o Regional funciona. Após discussões, a prestação de contas foi aprovada por unanimidade, com a observação de que o CFP solicite, a esse regional, informações sobre o patrimônio.

O conselheiro Aluizio apresentou as contas do CRP 15. Falou sobre três contratos elaborados por esse Regional que fizeram com que a auditoria fizesse ressalva, pois eles licitaram um valor e assinaram contrato com outro valor. Esses contratos não estavam de acordo com a lei de licitações. Falou que as inconsistências somavam cerca de 8 mil reais. A recomendação foi de que o regional providenciasse o ressarcimento junto aos seus responsáveis. A prestação de contas com ressalva foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade, com a decisão de que os gestores do CRP 15 ressarcirem o montante de valores de diferenças pagas indevidamente, relativas a contratos.

CRP 14: O conselheiro Aluizio explicou como funciona a dívida ativa, falando da obrigação dos Conselhos Regionais de colocarem psicólogos na dívida ativa, pois, se a dívida completar 5 anos, a dívida será zerada e com isso o Conselho perde dinheiro. Disse que não há problemas nas contas do

CRP 14, mas, apenas, uma ressalva de ordem administrativa. A prestação de contas do CRP 14 foi aprovada por unanimidade.

CRP 16: O conselheiro Aluizio citou as seguintes ressalvas: falta de parecer jurídico, falta de pesquisas de preços. Segundo o conselheiro, são ressalvas meramente quanto à formalidade dos processos. Não há nenhum dano ao erário do Conselho. A prestação de contas, com ressalva, foi aprovada por unanimidade.

Assim, seguiram-se os encaminhamentos:

- ✓ Aprovada por unanimidade a prestação de contas do CRP 05;
- ✓ Enviar um ofício administrativo para o CRP 05 solicitando informações sobre o patrimônio imobiliário;
- ✓ Aprovada por unanimidade a prestação de contas do CRP 07;
- ✓ Aprovada por unanimidade a prestação de contas do CRP 14 com a ressalva sobre a falta de registro dos psicólogos inadimplentes na dívida ativa;
- ✓ Aprovada com ressalvas a prestação de contas do CRP-15 e com a decisão de ressarcimento do montante dos valores de diferenças pagas indevidamente relativos a contratos;
- ✓ Aprovada a prestação de contas do CRP-16 com ressalva sobre a formalidade dos processos.

## II SEMINÁRIO FNTSUAS

A conselheira Márcia informou sobre o andamento da organização do II Seminário FNTSUAS. Disse que, para a concretização desse seminário, estão acontecendo eventos específicos para cada área profissional. Afirmou considerar importante decidir o que o CFP proporá para as discussões da Psicologia no evento. Falou que a proposta é de mudar de apenas um seminário online, para uma reunião presencial. Disse que será feito um



comunicado aos regionais mandando as propostas que foram feitas pela Assistência Social.

Seguiram-se os seguintes encaminhamentos:

✓ Oferecer a transmissão online, nos dias 20 e 21 de setembro, na sede do CFP, com uma média de 50 a 70 pessoas, para o II Seminário FNTSUAS.

### SEMINÁRIO ONLINE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esse ponto foi discutido junto com o anterior, havendo os seguintes encaminhamentos:

✓ Para o II Seminário Online organizado pelo CFP e pelo MDS, o recurso será utilizado pela conta divulgação;

✓ Na mesma data, o CFP convidará os CRPs para participarem da reunião com duas vagas para cada CRP, sendo uma para o CREPOP, financiada pela conta divulgação e outra para Assistência Social, financiada pelo próprio CRP;

✓ Os dois eventos serão realizados no mesmo dia (seminário no período matutino e reunião no período vespertino) e serão considerados eventos preparatórios para a Conferência de Assistência Social.

### GT "LAICIDADE E PSICOLOGIA"

A conselheira Roseli leu o posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia sobre a questão da Psicologia, Religião, Espiritualidade e Laicidade (em anexo) que foi apresentado na APAF.

Após a leitura do texto, a conselheira Flávia sugeriu uma alteração no texto. Os demais conselheiros informaram que o conteúdo do texto não pode ser alterado, pois o texto é da APAF. O que poderia ser alterado seria somente a ortografia. Foi solicitada a correção ortográfica do texto.

Foi também apresentado o Manifesto do MEEL – Movimento estratégico Estado laico. Segue um breve resumo das discussões sobre o documento do MEEL:

A conselheira Roseli sugeriu que seja feito um hot site sobre o tema da Laicidade, considerando que não será possível realizar um seminário sobre o tema por agora. Aproveitar o lançamento do hot site já com o manifesto.

A conselheira Maria Ermínia falou que ficou feliz com a iniciativa de ampliar as alianças. Colocar peso na questão do MEEL. Disse que essa questão tem bastante potencial para crescer. As pessoas têm grande respeito na discussão da subjetividade. O protagonismo do CFP tem que ser no sentido de colocar o movimento na rua. Falou que é importante começar a fazer essa discussão com os outros atores sociais. Que o CFP seja o protagonista para a divulgação dos debates nos territórios. Segundo ela, o manifesto do MEEL foi muito válido.

Humberto informa que uma reunião de presidentes será marcada para o final de julho.

A conselheira Flávia disse que é preciso esclarecer que o CFP é a favor da liberdade de crenças e, também, na liberdade de não ter crença.

Conselheiro Humberto falou dos elogios que o MEEL tem recebido.

A conselheira Ermínia falou sobre o relançamento do MEEL enquanto plano político. Disse que deve haver cuidado no momento de fazer alianças.

Humberto sugeriu que, ao invés de criar um novo hot site, encaminhar todos os materiais para o site do MEEL.

Roseli não se opôs à ideia do conselheiro Humberto, porém, pediu para que não se perca o controle da mala direta e de certas informações. O CFP faz parte do MEEL, porém, não é o CFP que operacionaliza o site. Ela não sabe até que ponto o CFP poderia divulgar informações nesse site.

O conselheiro Humberto disse que há um espaço no site do CFP para divulgar links e sites.

A conselheira Maria Ermínia disse que é preocupante o caráter do fundamentalismo na sociedade brasileira. Sugeriu que se segure um pouco a questão do site para que se possa avaliar melhor a questão.

Após essas discussões, os conselheiros aprovaram o conteúdo do texto e propuseram os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Fazer um acordo político, na próxima reunião de presidentes, com os CRPs para que a questão da Psicologia e da Laicidade seja colocada como um princípio político;
- ✓ Solicitar revisão ortográfica para o texto "Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a questão da Psicologia, Religião, Espiritualidade e Laicidade";
- ✓ Divulgar o texto "Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a questão da Psicologia, Religião, Espiritualidade e Laicidade".
- ✓ Colocar no rodapé da nota que o Conselho Federal de Psicologia participa do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL);
- ✓ Não incluir na reunião de presidentes a questão do ato médico pela perspectiva do fundamentalismo;
- ✓ Propor na reunião de presidentes a adesão ao MEEL no âmbito estadual e que os CRPs sejam protagonistas na divulgação dos debates sobre o assunto da Laicidade e Psicologia, nos Estados;
- ✓ CFP seguir convidando outros atores para integrar o movimento, por exemplo, o Conselho Federal de Medicina;
- ✓ Deixar claro que o CFP defende o estado laico, a diversidade de expressões religiosas, inclusive dos ateus;
- ✓ Avaliar a realização de novo evento no segundo semestre de 2013 para dar visibilidade ao MEEL;
- ✓ Enviar para o site do MEEL todo o material do CFP sobre o assunto, bem como divulgar o link do MEEL nas redes sociais do CFP;
- ✓ Colocar no site do MEEL "Organizadores" no espaço onde são disponibilizadas as logomarcas;

- ✓ Criar um espaço no site do CFP para divulgar materiais sobre Psicologia e Laicidade.

### EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO

A edição especial da revista Psicologia Ciência e Profissão com os 14 trabalhos monográficos vencedores do Prêmio César Ades, foi aprovada por unanimidade. Houve o seguinte encaminhamento:

- ✓ Publicação da Edição Especial Online da Revista Psicologia Ciência e Profissão aprovada. Conselheira Marilena Proença encaminhará a publicação.

### MOÇÃO DE REPÚDIO À EXCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA ESCOLA

A conselheira Sandra fez a leitura da moção de Repúdio pela Exclusão de Crianças e Adolescentes das Escolas (em anexo).

Após a leitura dessa moção, o presidente abriu o tema para debates do plenário.

Assim, houve várias sugestões de alteração no texto dessa moção, as quais resultaram nos seguintes encaminhamentos:

- ✓ Organizar o texto para o CONPE em formato de moção e para o CONAE como texto orientador e contribuições da Psicologia;
- ✓ Fazer um parágrafo para acrescentar no texto sobre o papel de mediação da Psicologia antes da intervenção do Conselho Tutelar;
- ✓ Ampliar o texto para todas as formas de exclusão presentes na escola;
- ✓ Acrescentar, no texto, a questão da cultura e da territorialidade;

✓ A Conselheira Sandra, Flávia, Roseli e o Conselheiro Celso farão as alterações sugeridas pela Plenária.

### NOTA TÉCNICA SOBRE O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

Visto que o objetivo desse ponto é apreciar as notas produzidas pelo GT de diversidade sexual, o conselheiro Celso apresentou a Nota Técnica sobre o Processo Transexualizador, explicando como foi o processo de sua elaboração. O conselheiro citou as senhoras Daniela Murta, Tatiane Lionço e o senhor Ricardo Martins, como aqueles que auxiliaram na construção dessa nota técnica. O conselheiro falou que a oficina promovida pelo Ministério da Saúde acontecerá em julho, com o objetivo de descrever como se operacionalizar a referida nota técnica. Falou sobre a “despatologização” da identidade trans, conceito que o Ministério da Saúde, segundo o conselheiro, insiste em não reconhecer. Ele solicitou esclarecimentos à conselheira Marilda sobre “despatologização”.

A conselheira Marilda propôs que lessem os pontos expostos, pois Paulo Ceccarelli, é contra a “despatologização”.

O conselheiro Celso considerou que por razão estratégica, essa nota deve ser publicada antes da portaria do ministério da saúde. Após essa consideração, o conselheiro leu a nota técnica (anexa). Os conselheiros fizeram alterações nesse documento. Essas alterações estão em: Relatório Reunião Telefônica 28-6-13 (anexo). Durante as alterações, o conselheiro Celso seguiu falando das considerações de Paulo Ceccarelli. Ele disse que a “transexualidade” não é uma questão patológica, porém, pode haver patologias nesse processo.

Após a leitura da nota, houve discussões que contribuíram para os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Acrescentar no histórico o Ano Temático da Avaliação Psicológica;

- ✓ Submeter essa nota à consulta dos profissionais que atuam com o processo trans e ao grupo que contribuiu para a construção do documento;
- ✓ Alterações no documento foram aprovadas e estão salvas no quadro Relatório Reunião Telefônica 28-6-13, anexo.

## RENILA

O conselheiro Humberto finalizou a plenária informando que o Encontro Nacional da RENILA será nos dias 1 e 2 de agosto, em Belo Horizonte/MG. Propôs que sejam enviados dois representantes do CFP. A conselheira Heloíza confirmou sua participação e a conselheira Ermínia verificará a possibilidade de ir. Se não puder, outro conselheiro (a) será convidado. Assim sendo, seguiu-se o encaminhamento:

✓ O CFP participará do Encontro Nacional da Renila nos dias 1 e 2 de agosto, em Belo Horizonte/MG. Conselheira Heloíza está confirmada. A Conselheira Ermínia confirmará sua participação.

✓ Os seguintes pontos foram pautados para a próxima plenária: Avaliação de Cursos e PLs de Interesse da Psicologia.

O presidente Humberto Verona encerrou a plenária às 17h20.

Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

*Deise Maria do Nascimento*

1. Humberto Cota Verona \_\_\_\_\_
2. Monalisa N. dos Santos Barros *Monalisa Barros*
3. Deise Maria do Nascimento *Deise Maria do Nascimento*
4. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
5. Ana Paula Porto Noronha *Ana Paula Porto Noronha*
6. Heloíza Helena M. A. Massanaro *Heloíza Massanaro*
7. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
8. Ângela Maria Pires Caniato *Ângela Maria Pires Caniato*
9. Roseli Goffman *Roseli Goffman*
10. Márcia Mansur Saadallah *Márcia Mansur Saadallah*
11. Flávia Cristina Silveira Lemos *Flávia Cristina Silveira Lemos*
12. Sandra Maria Francisco de Amorim *Sandra Maria Francisco de Amorim*



13. Celso Francisco Tondin \_\_\_\_\_

*C. Tondin*

14. Marilda Castelar \_\_\_\_\_

*Marilda*

15. Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo \_\_\_\_\_

*C. Araújo Ciarallo*

